

# CARTA DE CONJUNTURA

ANO 26 N.º 06  
Junho de 2017



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## ECONOMIA

**Recuperação lenta  
e incerta**

## EMPREGO

**Trabalho autônomo: alter-  
nativa consistente para  
superar o desemprego?**

● Banco Central: os limites e os alcances da política monetária ●

● Atividade leiteira no RS: produção em queda e preços elevados ●

● Balanço dos cinco anos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ●

● Repensar a política depois da Lava Jato ●

● Excesso de peso, diabetes e hipertensão crescem no Brasil entre 2006 e 2016 ●

● A importância do monitoramento do cenário global para o Rio Grande do Sul ●

# Recuperação lenta e incerta

Cecília Rutkoski Hoff

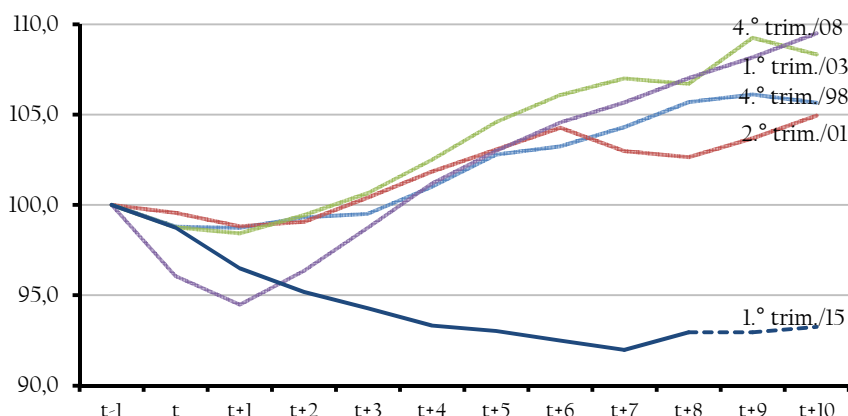
[cecilia@fee.tche.br](mailto:cecilia@fee.tche.br)

Pesquisadora em Economia  
da FEE

O bom resultado da safra agrícola e o nível levemente mais elevado da produção da indústria contribuíram para o crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, o que interrompeu uma sequência de oito trimestres consecutivos de quedas. Apesar do dado positivo, é prematura a interpretação de que o País começa a sair da crise. Segundo o critério que se convencionou utilizar na mensuração de ciclos, uma recessão encerra-se, de forma análoga ao seu início, após dois trimestres consecutivos de crescimento. No entanto, os resultados do segundo trimestre, embora incipientes, ainda não avalizam a hipótese de continuidade da recuperação. Mesmo que, em seu sentido estritamente técnico, a recessão venha a ser superada ao longo de 2017, o ritmo de recuperação que se desenha parece insuficiente para a retomada da trajetória prévia à crise no curto ou no médio prazo.

A partir de 2015, a economia brasileira entrou numa espiral contractionista, cujo resultado foi uma queda acumulada do PIB de 7,2% em dois anos. O gráfico abaixo mostra as trajetórias do PIB após as recessões dos últimos vinte anos (selecionadas pelo critério de dois trimestres consecutivos de queda), tomando-se como base o trimestre imediatamente anterior ao início da crise. Para completar o período de 10 trimestres após o início da recessão atual (trecho pontilhado), adotou-se uma trajetória de crescimento trimestral consistente com a expansão de 0,5% para o PIB em 2017.<sup>1</sup> Nas crises anteriores, após alguns poucos trimestres de estabilização, a economia já retomava o crescimento. Passados 10 trimestres do início da recessão, o nível de atividade já se situava em um patamar entre 5% e 10% acima do verificado antes das crises. A dinâmica da crise atual é outra.

Trajetórias de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro após as últimas recessões — 4.º trim./98-1.º trim./15



FONTE: IBGE.

NOTA: Índices de base fixa, com ajuste sazonal; base 100 = índice do trimestre imediatamente anterior ao início da recessão.

Excetuando-se a recessão que teve início no último trimestre de 2008, nas demais, e sobretudo na atual, o Governo brasileiro viu-se impelido a adotar políticas fiscais e monetárias contractionistas, a despeito de seus

<sup>1</sup> Mediana das expectativas de mercado do Relatório Focus (Bacen) em 02 de junho de 2017.

efeitos no aprofundamento do quadro recessivo, seja para reduzir o endividamento público, seja para controlar a inflação. Nas crises anteriores, porém, havia espaço para aumentar o superávit primário pela ampliação das receitas fiscais, o que permitiu uma consolidação fiscal relativamente rápida. Na crise atual, o ajuste concentra-se no corte de gastos, o que implica não apenas que se estenderá por mais tempo, mas que, possivelmente, será ainda mais contracionista. No que diz respeito à política monetária, a convergência da inflação para a meta, após a acomodação dos choques inflacionários de 2015, tem permitido a redução da taxa de juros. Cabe ponderar, porém, que o nível elevado de endividamento pode reduzir o potencial expansionista de uma melhora nas condições de crédito. Ao contrário das crises anteriores, a recessão atual atingiu as famílias e empresas após um longo ciclo de ampliação do endividamento, que envolveu certa euforia e foi seguido por uma frustração não prevista no ritmo de expansão da renda. Nesse contexto, é lícito supor que os consumidores e as empresas procurem adotar posições mais defensivas, mesmo em face de uma melhora futura nas condições de crédito.

A profundidade da crise atual também cobra o seu preço na perda de capacidade produtiva da economia, quer pela falência de empresas, quer pela exposição do estoque de capital e da força de trabalho a um período prolongado de subutilização. Tal efeito é agravado pelos processos gerados no ciclo de crescimento anterior, como a perda de elos nas cadeias produtivas da indústria e de mercados externos para a produção de bens manufaturados. Por outro lado, a ocupação da capacidade ociosa, quando se der, poderá ocorrer sem um correspondente aumento do emprego, visto que o nível de produtividade ainda está abaixo da média histórica, moderando o ritmo de recuperação da renda das famílias e do consumo.

Há, também, os elementos externos. Apesar da (tardia) recuperação da economia norte-americana, a crise econômica mundial ainda não foi de todo superada, fenômeno que pode ser depreendido tanto das expectativas de crescimento reduzidas para o PIB e para o comércio mundial quanto da volatilidade dos mercados financeiros. Essa não parece ser a causa da recessão brasileira, mas dificulta uma recuperação assentada sobre a via das exportações e dos investimentos estrangeiros. Finalmente, e talvez o mais importante, há a crise política, que coloca em xeque as instituições erguidas após a redemocratização e contribui para ampliar o quadro de incertezas, adiando decisões.

Em contraste com as oscilações cíclicas do período recente, a crise atual não somente é a mais profunda, como também é a que apresenta a recuperação mais lenta e incerta. Assemelha-se, nesse sentido, às grandes recessões do século passado. A persistência de elementos restritivos sobre a política econômica, as perdas na capacidade produtiva, o ambiente externo ainda difícil e a crise político-institucional combinam-se e reforçam-se, tornando mais complexa a recuperação.

# Trabalho autônomo: alternativa consistente para superar o desemprego?

Iracema Castelo Branco

[iracema@fee.tche.br](mailto:iracema@fee.tche.br)

Pesquisadora em Economia  
da FEE

O aumento do desemprego e as suas consequências sociais são considerados uma das faces mais perversas da recessão econômica. A taxa de desemprego elevou-se em 81,4% na Região Metropolitana de Porto Alegre entre 2014 e 2016, passando de 5,9% em 2014 para 10,7% em 2016. Diante da dificuldade da economia brasileira em retomar a trajetória de crescimento e a geração de empregos, o trabalho autônomo, como forma de empreendedorismo, tem sido amplamente incentivado como saída para o desemprego.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a estrutura ocupacional da Região, em 2014, era: 71,0% de assalariados, 14,1% de trabalhadores autônomos e 14,9% de outras ocupações. Em 2015, a proporção de trabalhadores autônomos diminuiu para 13,1% de ocupados e, em 2016, aumentou para 13,7%. O número de trabalhadores nessa ocupação reduziu-se em 22 mil em 2015, correspondendo a 70,1% da queda na ocupação da RMPA nesse ano. Em 2016, o contingente de autônomos ficou estável, e o nível ocupacional da RMPA diminuiu em 83 mil pessoas (todos assalariados). Uma análise detalhada dessa forma de inserção ocupacional revela uma mudança de tendência no segundo semestre de 2016, que não é percebida quando se observam os dados agregados para o ano. Em 2015 e no primeiro semestre de 2016, a tendência é de redução no número de trabalhadores autônomos, enquanto, no segundo semestre de 2016, a tendência passa a ser de crescimento, com aumento de 30 mil pessoas nessa ocupação, uma elevação de 13,6% em relação ao segundo semestre de 2015 (gráfico).

O profissional autônomo trabalha sozinho, e a sua atividade não depende de um diploma universitário, diferentemente dos profissionais liberais, cuja atividade depende de uma formação acadêmica. O trabalho autônomo pode ser dividido em duas categorias: a dos que trabalham para o público em geral e a dos que trabalham para empresas. Entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2016, os autônomos que trabalham para empresas apresentaram reduções mais acentuadas (-25,4%) do que os que trabalham para o público (-14,3%). Já no segundo semestre de 2016 (em relação ao primeiro semestre desse ano), aqueles que atendem o público cresceram mais (17,3%) do que aqueles que prestam serviços para empresas (13,2%). A composição dessa ocupação, no segundo semestre de 2016, era de 76,1% de trabalhadores para o público, o que correspondia a 190 mil ocupados, e de 23,9% de trabalhadores para empresas (60 mil ocupados). Destaca-se que entre os autônomos que trabalham para empresas, 65,0% (39 mil pessoas) prestavam serviços para até uma empresa. Na literatura, esse fenômeno é chamado de “pejotização” e caracteriza a terceirização, pois apresenta características de trabalho assalariado sem incidir nos custos trabalhistas.

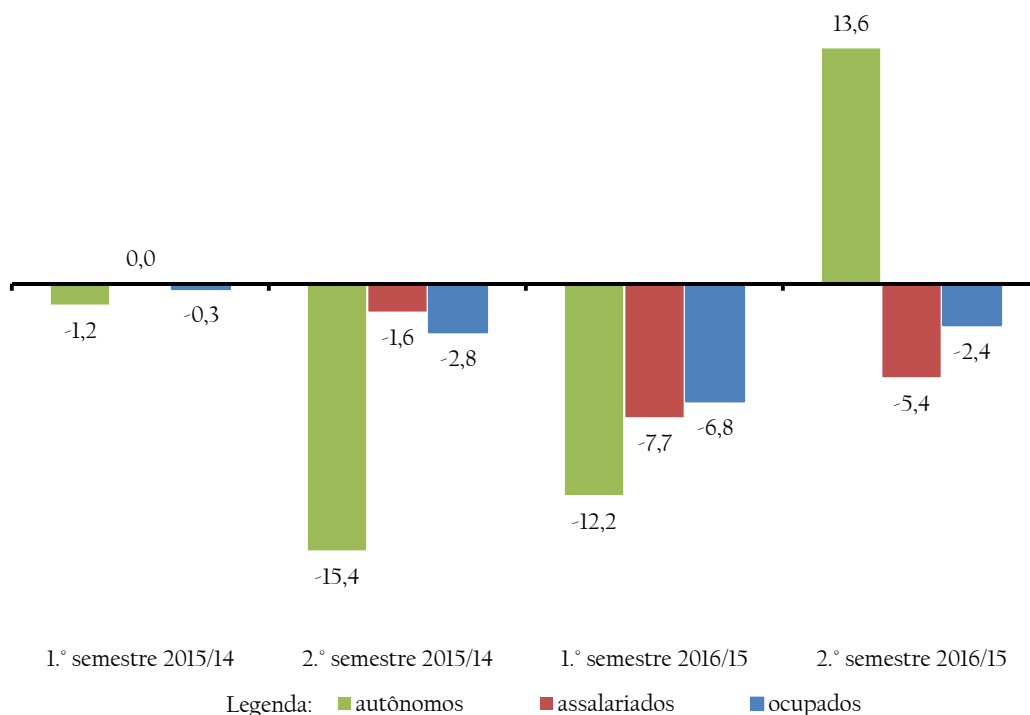
A análise do perfil dos trabalhadores autônomos para o ano de 2016 revela que a maioria é homem (66,5%), tem 40 anos e mais (63,3%), possui baixa escolaridade (53,3% têm até o ensino fundamental) e não contribui para a Previdência Social (59,0%). Características estas distintas da média do total de ocupados na RMPA: 53,8% de homens, 47,5% têm 40 anos e mais, 37,4% têm até o ensino fundamental, e 16,9% não contribuem para a Previdência. Relacionando o perfil com o tipo de atividade, percebe-se que

os autônomos que trabalham para empresas são um pouco mais jovens e escolarizados quando comparados com os autônomos que trabalham para o público em geral.

Em relação à renda, os trabalhadores autônomos possuem um rendimento médio real inferior ao dos assalariados. Além disso, a queda nos rendimentos dos autônomos foi mais intensa do que a redução dos salários nesses últimos dois anos de crise. Entre 2014 e 2016, a redução do rendimento médio real foi de 20,5% para os autônomos e 14,9% para os assalariados. Em 2014, um trabalhador autônomo recebia em média 4,8% menos do que um assalariado, diferença que aumentou para 11,1% em 2016. Destaca-se que a queda na renda dos autônomos foi 14,3% no segundo semestre de 2016 em relação ao segundo semestre de 2015, justamente no período em que se observou crescimento do seu contingente (13,6%). Analisando-se por categoria, os autônomos que atendem ao público auferem, em média, 26,8% menos do que aqueles que trabalham para empresas.

Em síntese, a inserção ocupacional do trabalhador autônomo dá-se em uma condição de maior precariedade comparativamente ao assalariado. Diante disso, uma alternativa que considere a superação do desemprego através do trabalho autônomo estará ampliando a precarização do mercado de trabalho. Mesmo que alguns desses trabalhadores prosperem, é irrealismo considerar que esse tipo de inserção ocupacional seja uma alternativa consistente na atual conjuntura de crise. Nesse sentido, ter a expectativa de que os 203 mil desempregados da RMPA (abril/2017) possam ser responsáveis pela sua própria geração de renda, ainda mais em um contexto de recessão econômica, retrata a incapacidade dos formuladores de políticas públicas (em âmbito econômico e social) em promover o crescimento econômico e a geração de empregos.

Variação percentual da estimativa de autônomos, assalariados e ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1.º sem./2014-2.º sem./2016



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTb/FAT.

# Banco Central: os limites e os alcances da política monetária

Bruno Paim

[bpaim@fee.tche.br](mailto:bpaim@fee.tche.br)

Pesquisador em Economia  
da FEE

O Banco Central do Brasil (BCB) tem como missão “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”. Em outras palavras, cabe ao BCB manter a inflação controlada e regular as instituições financeiras. Segundo concepção da instituição, a taxa de juros estrutural representa o principal parâmetro para a execução da política monetária, constituindo-se em um alvo para o gestor na determinação da taxa básica de juros. Teoricamente, a taxa de juros estrutural é responsável por manter a economia crescendo em seu produto potencial sem pressão inflacionária ou deflacionária. Ou seja, apesar de não possuir em sua missão nenhuma referência ao crescimento econômico, o próprio modelo utilizado para administrar a taxa básica de juros pressupõe a existência de um produto potencial a ser respeitado nas decisões de política monetária. Ocorre que tais decisões são tidas — pelo mercado, pela imprensa e por grande parte da sociedade — como frutos de análises e de modelos matemáticos avançados e estritamente técnicos, que, por esse motivo, seriam neutras a influências políticas.

Atualmente, entretanto, desenrolam-se questionamentos teóricos sobre a determinação da taxa de juros, o que indica falta de consenso dentro da academia. Paralelamente, há intensa discussão, em âmbito nacional e internacional, sobre a questão prática da aparente falta de eficácia da política monetária para reverter condições econômicas estagnadas ou recessivas.

No Brasil, em manifestação recente, o atual Presidente BCB, Ilan Goldfajn, reconheceu abertamente aspectos da taxa de juros estrutural, anteriormente omitidos, afirmando que “[...] suas estimativas invariavelmente envolvem elevado grau de incerteza. Por essa razão, avaliações sobre a taxa de juros estrutural da economia necessariamente envolvem julgamento” (Ilan Goldfajn, Presidente do BCB).

Ao reconhecer que o cerne das avaliações da política monetária “necessariamente” envolve “julgamento”, o Presidente também assente que a subjetividade inerente à escolha de qualquer modelo de análise inclui também aquele que orienta a política monetária. Como já levantado em análise anterior<sup>2</sup>, assumir essa fragilidade seria o primeiro passo para tentar proteger a política monetária de determinados interesses públicos ou privados.

Em resumo, até o momento, haveria, por parte do BCB, um avanço na transparência dos determinantes da política monetária e, por parte da academia, uma abertura para questionar aspectos anteriormente protegidos da discussão.

Ocorre que o Presidente do Banco Central não apenas reconheceu o caráter subjetivo da determinação da taxa de juros como também explicitou seu próprio posicionamento: “[...] o redirecionamento da política econômica pelo governo, com aprovação e implementação das reformas fiscais, notadamente a reforma da previdência, além de outras reformas e ajustes necessários na economia, podem produzir queda da taxa de juros estrutural da economia brasileira” (Ilan Goldfajn, Presidente do BCB).

Dessa forma, o Presidente do Banco Central parece condicionar os agentes políticos a agirem com o propósito de favorecer a economia. Tal

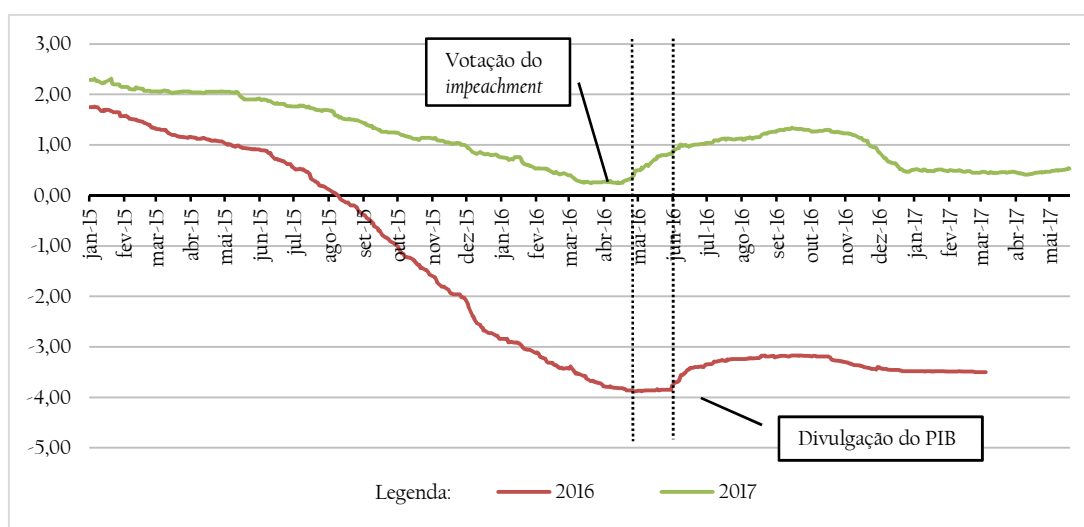
<sup>2</sup> PAIM, Bruno. As múltiplas independências do Banco Central. *Carta de Conjuntura FEE*, Porto Alegre, ano 25, n. 7. jul. 2016. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/multiplas-independencias-do-banco-central/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

atitude representa o reverso do que o mercado tanto repudiou nos dirigentes da gestão anterior, quando se questionava a credibilidade da instituição pela demasiada preocupação com os impactos da política monetária sobre o emprego, a despeito do controle da inflação. No entanto, ao assumir que o principal parâmetro a ser considerado pelo Banco Central está sujeito a avaliações subjetivas e é influenciado por processos de natureza política, seria interessante a Autoridade Monetária reconhecer que, apesar de não estarem representados em sua missão, os desdobramentos da política monetária também têm importantes reflexos políticos, como é o caso do nível de emprego.

A importância dessas inter-relações fica evidenciada na análise das expectativas de crescimento divulgadas pelo BCB. A figura abaixo mostra duas importantes inflexões nas expectativas de crescimento para 2016 e 2017. A primeira delas deu-se exatamente no dia da votação do *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff na Câmara de Deputados, afetando as previsões para 2017. Como se pode acompanhar, tal melhora de expectativa foi frustrada já em fins de 2016.

A segunda inflexão deu-se em torno da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2016. Esse, apesar de negativo, superou as expectativas do mercado, que, desde antes do *impeachment*, projetava uma queda ainda maior. Nesse caso, a divulgação do PIB serviu para revisar a perspectiva de recuperação novamente superestimada. No momento em que as expectativas se veem recorrentemente frustradas, torna-se imprescindível questionar até que ponto devem servir de condicionantes para a tomada de decisões dos agentes eleitos com propósitos que, embora entrelaçados, ultrapassam as questões econômicas.

Expectativas para o crescimento anual do Produto Interno Bruto brasileiro — jan./15-mai/17



FONTE: Sistema de Expectativas de Mercado - Banco Central do Brasil.

Enfim, se as próprias decisões do Banco Central são sujeitas à subjetividade, e se seus modelos são atualmente questionados, seria prudente para o restante da administração pública basear suas decisões nessas convenções? Além disso, condicionar as políticas sociais e fiscais à possível melhora de expectativas do mercado materializadas por meio de pesquisas restritas ao mercado financeiro pode ser perigoso para a democracia, uma vez que não contempla a sociedade em sua totalidade, como fazem as eleições.

## Atividade leiteira no RS: produção em queda e preços elevados

**Carolina Agranonik**

[carolina@fee.tche.br](mailto:carolina@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Economia  
da FEE**

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite do Brasil, sendo responsável por aproximadamente 14% do leite produzido no País. De acordo com a Pesquisa Trimestral do Leite (PTL) realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>, o Estado produziu, em 2016, 3,2 bilhões de litros de leite. Essa quantidade corresponde a um decréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior, no qual foram captados 3,5 bilhões de litros. A retração foi observada nos quatro trimestres de 2016, em comparação com 2015.

A queda na produção não é exclusividade do RS, ocorrendo em outros dois dos cinco principais estados produtores de leite, bem como no total da produção brasileira. Maior produtor de leite do País, o Estado de Minas Gerais registra queda desde o quarto trimestre de 2014, e o Paraná, terceiro maior, desde o terceiro trimestre de 2015.

Entre as causas da retração da oferta é possível citar as condições climáticas desfavoráveis e o aumento dos custos de produção. Em 2016, a redução na oferta de milho, um dos principais componentes da ração, elevou os preços do grão em mais de 60%. Além disso, a ocorrência de casos de adulteração do leite causou prejuízo à imagem do setor no RS.

A redução da oferta doméstica ocorreu paralelamente ao aumento das importações. Já no ano de 2015, a importação de leite em pó integral cresceu 93,5%, passando de 30,3 para 58,6 milhões de quilogramas. Em 2016, o incremento no volume importado foi ainda maior, de 115,2%, totalizando 126,0 milhões de quilogramas. Nos quatro primeiros meses de 2017, foi registrada uma quantidade significativa de leite importado, de 33,1 milhões de quilogramas, o que representa uma alta de 34,3% em relação a igual período do ano anterior. Embora tenha ocorrido uma elevação considerável nos preços em dólar, de 26,5%, a valorização cambial verificada no início do ano contribuiu para manter as importações como alternativa viável, mesmo porque os preços do leite pagos ao produtor seguem em alta após um longo período de retração, que se estendeu de setembro de 2014 a outubro de 2015. De acordo com os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), tanto no RS quanto no Brasil, a elevação nos preços do leite superou os 30% em 2016. Em agosto de 2016, mês de maior alta, o leite chegou a ficar 68,6% mais caro do que no mesmo período do ano anterior no RS, e 56,1% mais caro no Brasil. Nos três primeiros meses de 2017, os preços seguem subindo. O preço médio pago pelo litro de leite ao produtor no primeiro trimestre apresentou aumento de 25,3% no RS e de 19,8% no Brasil, na comparação com mesmo período do ano anterior.

O consumidor também sentiu o impacto dessa elevação, embora com menor intensidade. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o item leite e derivados teve um ganho acumulado de 15,1% em 2016, mais que o dobro do índice geral, que foi de 6,3%. O índice foi impulsionado pelos subitens: manteiga, leite condensado e creme de leite, que apresentaram alta de 55,2%, 54,0% e 37,8% respectivamente. Já o leite longa vida, com o maior peso na formação do índice, subiu 12,2%. De janeiro a março de 2017, o IPCA de leite e derivados subiu 1,9%, contra 1,0%

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que a PTL não contabiliza o leite captado para consumo próprio do agricultor, apenas o destinado à indústria.



do índice geral. Segundo informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo total de leite fluido, no Brasil, foi de 32,6 milhões de toneladas em 2016, 2,2 milhões a menos do que em 2015. Além da elevação dos preços, pesou para o consumidor o quadro recessivo pelo qual o País está passando, caracterizado pela queda na atividade econômica, com conseqüente aumento do desemprego e redução da massa salarial, que, por sua vez, ocasiona retração do consumo.

Embora o IBGE ainda não tenha disponibilizado a PTL do primeiro trimestre de 2017, os dados da pesquisa emprego formal celetista do agronegócio<sup>4</sup>, da Fundação de Economia e Estatística, apontam para uma continuidade do desempenho negativo do setor. Em março de 2017, a indústria de laticínios gaúcha empregava 9.053 trabalhadores com carteira assinada, 99 a menos do que em março de 2016 e 177 a menos do que no mesmo período em 2015. No Brasil, o estoque de trabalhadores vem decrescendo desde novembro de 2015, acompanhando a fase de aceleração dos preços. É interessante notar que a intensidade da queda foi aumentando ao longo dos meses. Em novembro de 2015, primeiro mês de queda, a redução no estoque foi de apenas 0,2%, crescendo até atingir 2,5%, em agosto de 2016. A partir de então, o decréscimo estabilizou-se em torno de 2,1% ao mês até março de 2017, período da última observação disponível. No RS, a maior retração também ocorreu em agosto de 2016, mas sua intensidade foi bastante superior à do Brasil, chegando a -3,2%. Esses dados sobre o emprego condizem com o quadro de oferta restrita de matéria-prima e de continuidade da elevação dos preços.

Para 2017, o USDA projeta recuperação do setor, com incremento tanto da produção quanto do consumo de leite. Entre os fatores que poderiam contribuir para que esse resultado se concretize, cita-se o aumento de 45,8% na produção nacional de milho, com efeitos deflacionários para os custos de produção do leite, o que tende a favorecer a redução dos preços do produto. Entretanto, para o RS, as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apontam para um cenário desfavorável, com queda de 5,7% no Valor Bruto da Produção (VBP) da atividade leiteira, o que sugere que o Estado não terá capacidade de reverter essa tendência com tanta rapidez. Em relação à demanda, talvez só a queda dos preços não seja suficiente para que o consumo volte a crescer, sendo também importante um movimento de recuperação da economia e do poder aquisitivo da população.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/agronegocio/emprego-formal-celetista/destaques-do-mes/>.

# Balanço dos cinco anos do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

**Mariana Lisboa Pessoa**  
[mariana@fee.tche.br](mailto:mariana@fee.tche.br)  
Pesquisador em Geografia da FEE

Em maio deste ano, a Lei Federal n.º 12.651/2012, que instituiu o “novo” Código Florestal (CF), completou cinco anos. Essa lei modificou o texto do Código Florestal que vigia desde 1965 e era considerado um componente de destaque da legislação ambiental brasileira, tida como uma das mais completas e consistentes do mundo.

Sob a justificativa de modernizar e adaptar a legislação ambiental à realidade econômica brasileira, o novo texto trouxe modificações importantes no que diz respeito à proteção de áreas de relevante interesse ambiental, causando muita controvérsia, polêmica e discussão, além de colocar em lados opostos ambientalistas e ruralistas.

Os principais pontos de divergência estavam relacionados à proposta de redução, e até mesmo de extinção, de classes de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) — instrumentos cruciais para a preservação e a conservação de determinados ecossistemas —, bem como à liberação do uso de áreas onde antes não era permitido.

Além de promover mudanças que incidiram no alcance da proteção do meio ambiente natural, por intermédio da “flexibilização” das normas e dos critérios de preservação e conservação de determinadas áreas, a Lei criou um importante instrumento de cadastro e fiscalização, com o objetivo de auxiliar a regularização de passivos ambientais rurais: o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse instrumento institui o registro público (e obrigatório) para todas as propriedades rurais do País, com informações ambientais relevantes, como a presença de APP e RL nas propriedades. O intuito de se criar esse instrumento foi o de compor uma base de dados nacional, acessível e atualizada, para o “controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”.

A partir de 1º de janeiro de 2018 (o prazo para a inscrição no CAR termina no dia 31 de dezembro de 2017), as instituições financeiras somente poderão conceder crédito, de qualquer modalidade (para custeio, investimento ou comercialização), a proprietários de imóveis rurais devidamente cadastrados. Além disso, o CAR servirá para efetivar o Programa de Regularização Ambiental (PRA), por meio do qual os proprietários que possuem passivos ambientais referentes à degradação de áreas protegidas por lei podem regularizar a situação mediante propostas de recuperação ambiental, e, com isso, suspender as sanções decorrentes dessas infrações.

Até 30 de abril, faltando oito meses para o final do prazo estipulado para o cadastramento, cerca de 3,5 milhões de imóveis rurais haviam sido cadastrados no País, totalizando 407.322.988,7ha. Considerando-se o **Censo Agropecuário 2006**, mais de 100% da área passível de cadastro (397.836.864ha) já foi incluída no CAR. Isso ocorre porque a área constante no Censo está subestimada em relação à realidade fundiária atual. As regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste ainda não atingiram a meta, tendo cadastrado 94,1%, 93% e 76,5% de área respectivamente.

O estado com o maior número de imóveis cadastrados é Minas Gerais, com 611.388, seguido por Rio Grande do Sul, com 467.925, e Paraná, com 369.201 cadastros. Em relação à área, Mato Grosso, Pará e Amazonas foram os que mais cadastraram, com, respectivamente, 68.950.527,7ha, 57.637.309,3ha e 46.496.120,2ha. O Rio Grande do Sul é o oitavo estado que

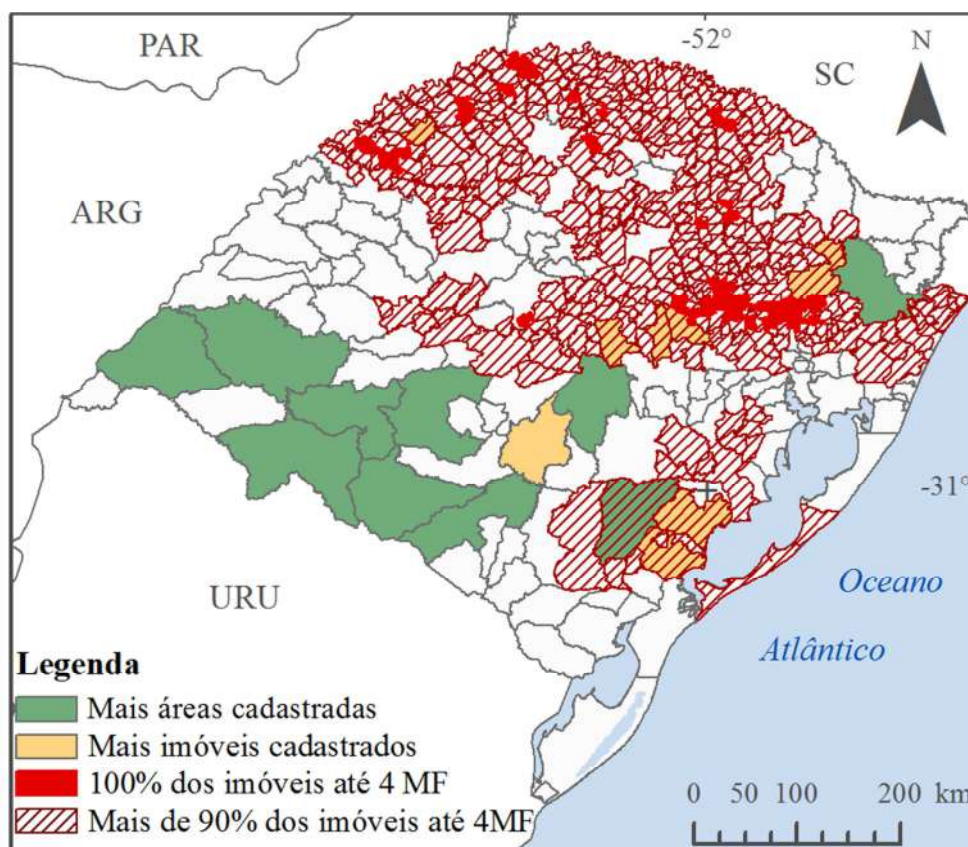
mais cadastrou área, com um total de 17.627.274,9ha — o que equivale a 86,7% do total de área passível de cadastro, que é de 20.326.355ha.

O CF considera pequena propriedade aquelas que possuem até quatro módulos fiscais (MF). O módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cuja extensão é estipulada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e varia de acordo com as características de cada município. No Brasil, a amplitude dessa variação é de 5 a 110ha, e, no RS, é de 5 a 40ha. As pequenas propriedades representam mais de 90% dos imóveis cadastrados no País e pouco mais de 30% da área, ao passo que, no RS, esses percentuais são de 94,3% e 41,7%. Essa situação reflete a disparidade na distribuição de terras no País, com uma grande concentração de áreas em grandes propriedades rurais. No Estado, as pequenas propriedades representam 100% dos imóveis cadastrados em 52 municípios — todos eles localizados na metade norte do Estado — e 90% dos imóveis em 384 municípios.

No Rio Grande do Sul, os municípios com o maior número de imóveis cadastrados são: Canguçu (11.287), Venâncio Aires (6.775), São Lourenço do Sul (5.103), Caxias do Sul (4.472) e Candelária (4.217), enquanto os que apresentam maior área cadastrada são: Alegrete (462.333,7ha), Uruguaiiana (459.346,3ha), Dom Pedrito (377.791,0ha), Bagé (292.710,5) e Santana do Livramento (275.290,6ha).

Apesar de grande parte dos proprietários rurais já ter aderido ao CAR, no Brasil, apenas 11,5% do total das áreas cadastradas (o que representa menos de 2% dos imóveis) foram analisados pelo órgão competente, e, no Rio Grande do Sul, menos de 0,5% dos imóveis e cerca de 1% da área estão aptos para a regularização dos passivos ambientais. A análise do cadastro é uma das etapas (obrigatórias) que antecedem a efetivação da regularização do imóvel. Isso evidencia que, apesar de o CAR ter-se mostrado um importante instrumento para o cadastro e a regularização dos imóveis rurais no País, que culminou na construção de uma ampla base de dados de escala nacional, a efetivação da regularização ainda depende de um esforço do poder público para analisar esses dados e exercer o seu papel de cobrar e fiscalizar as ações de recuperação ambiental das áreas degradadas.

Balanco do Cadastro Ambiental Rural no Rio Grande do Sul — 2012-17



FONTE: Serviço Florestal Brasileiro.

# Repensar a política depois da Lava Jato

**Augusto Neftali Corte de Oliveira**

[augusto.oliveira@fee.tche.br](mailto:augusto.oliveira@fee.tche.br)

**Pesquisador em Ciências Políticas da FEE**

É necessário reinterpretar o sistema político brasileiro a partir das relações da operação Lava Jato. O fato de que a corrupção acontece às escondidas, ou sob a fachada de processos lícitos, ajudou a mantê-la fora do quadro analítico geral. Isso, hoje, não é mais possível.

O custo da corrupção não é apenas financeiro. Todo recurso público desviado faz falta na educação, na saúde e no investimento. Outro custo, mais difícil de mensurar, resulta da falta de competição no mercado. Cartéis de empresas que extraem rendas públicas de licitações e financiamentos fraudulentos possuem vantagens econômicas desproporcionais, podem sufocar a concorrência, concentrar mercados e administrar preços.

Isso também vale para a disputa política. Os políticos que gerenciam o esquema de corrupção criam redes de políticos-clientes que usam o esquema para financiar suas campanhas e para o próprio enriquecimento. A competição eleitoral torna-se injusta sob o peso do financiamento.

Como resultado, tanto o mercado econômico quanto o político deixam de responder à concorrência entre empresas e partidos. Compadrio, clientelismo, complô e cooptação tornam-se os mecanismos frequentes das relações econômicas e políticas. Dessa maneira retroalimenta-se o esquema de corrupção, tornando-se maior e mais poderoso na medida que as decisões políticas abandonam a representação dos eleitores para beneficiar aqueles que financiam as campanhas eleitorais e o enriquecimento ilícito dos políticos.

A operação Lava Jato indica que o sistema político está comprometido por esquemas de corrupção. Para além do controle judiciário, como se pode melhorar a prevenção da corrupção na política?

O segredo de um governo honesto é um povo vigilante, capaz e disposto a identificar e excluir políticos corruptos. Fatores socioeconômicos, como riqueza, menor desigualdade de renda, escolarização e presença de hábitos de associativismo são considerados características principais de sociedades menos sujeitas ao risco da corrupção. Esses fatores, todavia, possuem desenvolvimento de longo prazo, ao passo que o problema da corrupção é urgente. É nesse ponto que entra em questão a engenharia institucional do sistema político e eleitoral.

O atual sistema de eleições parlamentares brasileiras, exceto as senatoriais, possui quatro características: o desenho do distrito eleitoral correspondente às unidades federativas, com elevada magnitude (número de cadeiras em disputa); cada partido ou coligação tem a possibilidade de inscrever um número elevado de candidatos, que pode chegar ao dobro das cadeiras em disputa; baixo limiar geral de conversão de votos em cadeiras, sendo a única barreira o quociente eleitoral que varia conforme a magnitude (com média de 5,2% de votos válidos); e o modelo de lista aberta, que define a ordem de chamada para as cadeiras conquistadas pelo partido ou coligação exclusivamente pelo número de votos que cada candidato obteve pessoalmente.

Após a operação Lava Jato, deve-se desfazer um mal-entendido importante: no Brasil, não existe um sistema partidário. Um sistema é um conjunto cujas partes possuem relações de interdependência. No âmbito

partidário, essa interdependência deve, necessariamente, ocorrer como competição político-eleitoral, na qual, os partidos posicionam-se em termos ideológicos uns em relação aos outros.

A disciplina dos partidos no plenário da Câmara dos Deputados seria a melhor evidência da existência do sistema partidário brasileiro. A operação Lava a Jato tem o potencial de demonstrar que tal disciplina assenta-se não apenas na distribuição de recursos públicos para favorecer os eleitores (como as emendas ao orçamento), mas também em esquemas de corrupção que vinculam redes de políticos-clientes aos políticos principais e aos cartéis financiadores. É cada vez mais difícil explicar o comportamento dos deputados pela coesão ideológica.

Os partidos brasileiros são canais de acesso a cargos eletivos e burocráticos, estruturam relações de apoio político, a distribuição de recursos financeiros e o processo legislativo. Em alguns casos, seus membros estão vinculados por lealdade à organização, o que não é o suficiente. Salvo exceções que não organizam um sistema, não há imagens sociais sobre a ideologia partidária. O elevado número de siglas, a infidelidade dos parlamentares, as migrações intra-partidárias, as enormes coligações eleitorais e governamentais são fenômenos ligados à inexistência de um sistema partidário. Tecnicamente, podemos admitir o fracasso da institucionalização do sistema atual e a decorrente atomização partidária no período recente.

Como isso afeta o sistema eleitoral proporcional? Em primeiro lugar, o sistema simplesmente não é proporcional. O critério de proporcionalidade depende exclusivamente da agregação dos votos obtidos pelos candidatos de um partido ou de uma coligação. Dada a inexistência de um sistema partidário, a regra formal torna-se inócua: é impossível estabelecer a proporcionalidade ideológica entre o conjunto representante e o representado. Em outro critério, o sociológico, observa-se a abissal desproporção entre a composição dos parlamentos e a sociedade.

O sistema favorece, na verdade, a representação de múltiplos interesses específicos dispersos no território dos distritos eleitorais e associados a organizações parapolíticas, como sindicatos de trabalhadores e patronais, igrejas, organizações de assistência social, clubes de futebol e órgãos governamentais. O sistema também auxilia os candidatos que possuem notoriedade pessoal em um nicho de votos — definido, esse nicho, às vezes, por critério ideológico — ou uma imagem pública amplamente difundida. A única estrutura de competição é dada pelas eleições majoritárias para Presidente, Governadores e Prefeitos, que podem emprestar algumas informações aos partidos e aos candidatos nas eleições concomitantes.

Em segundo lugar, justifica-se o comportamento do eleitor em votar em um candidato e não em um partido. Aqui, o sistema eleitoral mostra sua face mais perversa, pois oferece para cada eleitor um número tão grande de candidatos que torna impossível para ele decidir com base na comparação de portfólios ou propostas. Na eleição geral de 2014, cada eleitor pôde escolher, em média, entre 264 candidatos à Câmara de Deputados e entre 629 candidatos às Assembleias Legislativas.

O resultado é que o eleitor não possui controle sobre o fluxo de informação. Ela verte das organizações parapolíticas e das máquinas provisórias de campanha, baseadas em cabos eleitorais pagos e propaganda. Não há contestação pública dessas informações, debate de propostas ou controle social, por exemplo, pela mídia. A obtenção de fontes de financiamento e, eventualmente, a adesão a um esquema de corrupção torna-se uma vantagem decisiva na campanha eleitoral.

A partir desta discussão, pode ser defendida uma posição contra a adoção de regras que exigem sistemas partidários estruturados, como a lista fechada e o parlamentarismo. Mudanças pontuais, como a vedação de financiamento privado, possuem potencial para impacto positivo na política brasileira. Reformas radicais, entretanto, podem ter efeitos inesperados. Por exemplo: eleições por pluralidade em distritos uninominais (sistema distrital puro) não impedem o mecanismo de compensação da corrupção expresso na fórmula “rouba, mas faz”. Ainda assim, com o objetivo de aumentar o controle dos eleitores sobre os eleitos, propostas que estabeleçam competição direta entre os candidatos podem ser estudadas com seriedade.

## Excesso de peso, diabetes e hipertensão crescem no Brasil entre 2006 e 2016

Marilene Dias Bandeira

[mariband@fee.tche.br](mailto:mariband@fee.tche.br)

Pesquisadora em Estatística da FEE

O Ministério da Saúde publica, desde 2006, a pesquisa Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), realizada por meio de questionário telefônico, com 2000 pessoas de 18 anos ou mais, em cada uma das capitais brasileiras e no Distrito Federal. O objetivo do inquérito é monitorar a magnitude de doenças e agravos não transmissíveis (DANT) e identificar alguns determinantes socioeconômicos e comportamentais, dando subsídios a políticas públicas e de promoção da saúde, objetivando a diminuição da prevalência de fatores de risco a essas doenças e o fortalecimento do sistema de saúde para o controle dessas enfermidades.

Os últimos dados disponíveis referem-se a 2016, quando, entre fevereiro e dezembro, foram entrevistadas 53.210 pessoas. Dentre os principais resultados, destaca-se o aumento da incidência de excesso de peso (Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 25 kg/m<sup>2</sup>) e da obesidade (IMC  $\geq$  30 kg/m<sup>2</sup>). Entre os brasileiros, mais da metade encontra-se com excesso de peso: para os homens, a incidência cresceu de 47,5% em 2006 para 57,7% em 2016, ao passo que, para as mulheres, passou de 38,5% para 50,5% no mesmo período. Essa característica tende a aumentar com a idade do entrevistado. Em 2016, era de 30,3% para as pessoas de 18 a 24 anos, ultrapassando os 62,4% para os indivíduos de 45 a 64 anos. O grau de escolaridade está associado de forma inversa: quanto maior o número de anos de estudo, menor a incidência de sobrepeso, que é de 59,2% para quem apresenta até oito anos de estudo, caindo para 53,3% para os que têm de 9 a 11 anos e chegando a 48,8% para os que atingiram 12 ou mais anos de estudo. Porto Alegre, em 2016, apresentou 54,9% de pessoas com sobrepeso, situando-se numa posição intermediária entre as capitais brasileiras, cujos valores oscilaram entre 47,7% (Palmas) e 60,6% (Rio Branco). A incidência de obesidade também aumentou entre 2006 e 2016, passando de 12,1% para 19,6% para as mulheres e de 11,4% para 18,1% para os homens. Quanto à faixa etária, em 2016, a obesidade atingiu 8,5% dos jovens de 18 a 24 anos, duplicando na faixa etária seguinte, a de 25 a 34 anos, ultrapassando o percentual de 17,1% e alcançando patamares acima de 20% após essa faixa etária. Há também diferencial quanto à escolaridade, passando de 23,5% no nível mais baixo para 14,9% para os de escolaridade mais alta.

A prevalência de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, também aumentou no período analisado. O diagnóstico de diabetes é mais prevalente entre as mulheres, crescendo de 6,3% para 9,9% de 1996 a 2016. Entre os homens, os valores passaram de 4,6% para 7,8%. Em Porto Alegre, a incidência é de 8,5%, tendo os valores das capitais brasileiras oscilado entre 5,3% (Boa Vista) e 10,4% (Rio e Janeiro). Entre os brasileiros, a ocorrência cresce com a idade, chegando a atingir mais de um quarto daqueles com 65 anos ou mais, e é também influenciada pela escolaridade, sendo de 16,5% para os que têm até oito anos de estudo e de 4,6% entre os que têm 12 anos e mais de instrução. O diagnóstico de hipertensão arterial também é maior entre as mulheres, passando de 25,2% em 2006 para 27,5% em 2016, enquanto, para os homens, foi de 19,3% para 23,6%. Nesse quesito, Porto Alegre é a terceira capital com maior incidência, 28,2% dos entrevistados, sendo superada apenas por Rio de Janeiro (31,7%) e Recife (28,4%). A incidência aumenta com a idade, chegando a atingir 64,2% dos que têm 65 anos ou

mais. A relação com a escolaridade é inversa, variando de 41,8% para os de escolaridade mais baixa até 15,0% para aqueles com 12 anos ou mais de estudo.

O monitoramento dos hábitos alimentares e comportamentais é importante, uma vez que eles estão diretamente relacionados à incidência de doenças crônicas e ao excesso de peso. Destaca-se que houve um leve aumento no consumo de frutas e hortaliças em pelo menos cinco dias da semana entre 2008 e 2016, passando de 33,0% para 35,2%. O consumo regular de feijão apresentou queda. Em 2012, era reportado por 67,5 % dos entrevistados, passando para 61,3% em 2016. Houve redução no consumo regular de refrigerantes e sucos artificiais: caiu de 30,9% em 2007 para 16,5% em 2016. A atividade física no tempo de lazer aumentou de 30,3% em 2009 para 37,6% em 2016, assim como o consumo abusivo de bebida alcoólica, que passou de 15,7% em 2006 para 19,1% em 2016. Nota-se que é preciso uma mudança ainda mais positiva nos hábitos alimentares e comportamentais dos brasileiros para que se possa deter o avanço do excesso de peso e da incidência de doenças como diabetes e hipertensão.

Percentual de incidência de excesso de peso, obesidade, diabetes e hipertensão arterial, segundo sexo, faixa etária e escolaridade, nas capitais brasileiras e no Distrito Federal — 2016

CONDIÇÃO	SEXO		FAIXA ETÁRIA						ESCOLARIDADE		
	Feminino	Masculino	De 18 a 24 Anos	De 25 a 34 Anos	De 35 a 44 Anos	De 45 a 54 Anos	De 55 a 64 Anos	65 ou Mais	De 0 a 8 Anos	De 9 a 11 Anos	12 ou Mais
Excesso de peso .....	50,5	57,7	30,3	50,3	61,1	62,4	62,4	57,7	59,2	53,3	48,8
Obesidade .....	19,6	18,1	8,5	17,1	22,5	22,8	22,9	20,3	23,5	18,3	14,9
Diabetes .....	9,9	7,8	0,9	2,0	5,2	11,0	19,6	27,2	16,5	5,9	4,6
Hipertensão arterial	27,5	23,6	4,0	9,6	19,1	34,1	49,0	64,2	41,8	20,6	15,0

FONTE: Vigitel 2016.

# A importância do monitoramento do cenário global para o Rio Grande do Sul

**Robson Coelho Cardoch Valdez**

[robson@fee.tche.br](mailto:robson@fee.tche.br)

**Pesquisador em Relações e**

**Assuntos Internacionais da FEE**

Em que pesem as opiniões divergentes sobre o papel do Estado como ator executor e difusor de análises sistêmicas sobre as várias dimensões do cenário global, a importância do setor externo na economia gaúcha, por si só, evidencia a relevância de estudos dessa natureza. Os impactos políticos e econômicos da dinâmica do cenário internacional sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul são notórios. Diante disso, faz-se necessário o acompanhamento continuado das várias dimensões do processo de globalização em que toda a sociedade está inserido. Dada a expressiva participação das exportações gaúchas no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, assume-se, com certo grau de segurança, que o monitoramento contínuo das conjunturas domésticas e externas dos principais países compradores dos produtos gaúchos seja uma tarefa de extrema relevância para o Governo do Estado. A observação continuada da cena internacional objetiva, também, assessorar o poder público na formulação de políticas que visem ao enfrentamento de desafios transnacionais de nossos tempos, como o terrorismo, os fluxos migratórios globais e o extremismo político.

Essa interdependência dos cenários político e econômico internacionais atua como variável determinante sobre os efeitos multiplicadores decorrentes do desempenho das empresas exportadoras gaúchas distribuídas em vários municípios do Estado. É o caso, por exemplo, do impacto do embargo russo às exportações da União Europeia, Estados Unidos e Canadá, em 2014, em virtude do conflito geopolítico envolvendo Rússia e Ucrânia. Naquele contexto, as exportações gaúchas de carne suína para a Rússia apresentaram uma elevação de 30%, em valor, em 2015.

Assim, no que diz respeito ao Estado do Rio Grande do Sul, o olhar atento à dinâmica internacional deve ser percebida como prioridade, haja vista os graus de vulnerabilidade e sensibilidade entre diversos setores da economia do Estado com o setor externo. Essa atenção deve ser reforçada principalmente no que diz respeito aos principais setores econômicos do Estado e seus principais mercados. Os dados da FEE referentes ao comportamento das exportações no primeiro trimestre de 2017 mostram algo que já é de amplo conhecimento: a soja é o principal produto da pauta exportadora do Estado, e a China, o principal parceiro comercial do Rio Grande do Sul. Em seguida, na segunda posição, tem-se a Argentina e, na sequência, os Estados Unidos. Esses mercados evidenciam a importância do complexo soja, o automobilístico, o petroquímico e o metalmeccânico.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços divulga, de forma regular, o valor das exportações por estado da federação e por municípios. O valor por estado considera o valor daquilo que foi efetivamente exportado, produzido, extraído e cultivado em um estado, não importando a localização da sede da empresa. Já o valor das exportações por município leva em consideração, somente, o domicílio fiscal (sede) da empresa. Os dados do quadro abaixo mostram a distribuição por domicílio fiscal e por faixa de valor das empresas exportadoras gaúchas no ano de 2016. Na maior parte das ocorrências, o domicílio fiscal da empresa é o mesmo onde se dá a atividade exportadora. Por outro lado, há exemplos como o de Porto Alegre, em que a atividade exportadora de algumas empresas não se dá no município.

As principais empresas exportadoras com domicílio fiscal no Rio Grande do Sul, em 2016, que exportaram valores acima de US\$ 100 milhões,



foram: Agco e Petrobrás (Canoas), Tramontina (Carlos Barbosa), Marcopolo (Caxias do Sul), Louis Dreyfus (Cruz Alta), Epcos e GM (Gravataí), Celulose Riograndense (Guaíba), JBS (Montenegro), Amaggi, Bsbios, Cofco Brasil e JBS (Passo Fundo), 4 ADM do Brasil, Cargil, Engelhart CTP e Nidera Sementes (Porto Alegre), Bianchini, BRF S.A., Bunge, Ecovix e Gavilon do Brasil (Rio Grande), Forjas Taurus e Stihl (São Leopoldo), Brasken (Triunfo), China Brasil e CTA Continental (Venâncio Aires), JTI, Souza Cruz e Universal Leaf (Santa Cruz).

Número de empresas e de municípios exportadores do Rio Grande do sul — 2016

FAIXA DE VALOR	NÚMERO DE EMPRESAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	DOMICÍLIO FISCAL DAS EMPRESAS EXPORTADORAS
Acima de US\$ 100 milhões FOB	32	14	Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cruz Alta, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Triunfo e Venâncio Aires
Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões FOB	21	20	Cachoeira do Sul, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Gravataí, Horizontina, Hulha Negra, Lindolfo Collor, Montenegro, Nova Prata, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo, Sapiranga e Venâncio Aires
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões FOB	119	69	Alegrete, Bagé, Balneário Pinhal, Camaquã, Cambará do Sul, Campo Bom, Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Charqueadas, Crissiumal, Cruz Alta, Dois Irmãos, Encantado, Erechim, Estância Velha, Esteio, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ibiraiaras, Igrejinha, Ijuí, Ivoti, Marau, Montenegro, Muçum, Não-Me-Toque, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Prata, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Panambi, Parobé, Pelotas, Picada Café, Poço das Antas, Portão, Porto Alegre, Rio Grande, Roca Sales, Rolante, Santa Bárbara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, São Gabriel, São Jose do Norte, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Seberi, Tapejara, Taquari, Triunfo, Tupandi, Vacaria, Venâncio Aires, Vera Cruz, Veranópolis e Westfália
Entre US\$ 5 milhões e US\$ 10 milhões FOB	105	59	Antônio Prado, Arroio do Meio, Arroio Grande, Bagé, Barão de Cotegipe, Barra do Ribeiro, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Camaquã, Campo Bom, Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cristal, Cruzeiro do Sul, Dois Irmãos, Erechim, Esteio, Estrela, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gravataí, Guaporé, Ibirubá, Igrejinha, Itaquí, Júlio de Castilhos, Lajeado, Marau, Miraguá, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Picada Café, Portão, Porto Alegre, Rio Grande, Salvador do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, São Gabriel, São Leopoldo, São Marcos, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Soledade, Taquari, Teutônia, Triunfo, Tuparendi, Vale do Sol, Venâncio Aires, Veranópolis e Viamão

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Empresas brasileiras exportadoras e importadoras*: 2016. [2017]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Independentemente da faixa de valor em que as empresas exportadoras gaúchas se encontram, o fato é que ao se desagregarem os dados das relações econômicas do Estado com o setor externo, é possível mensurar os efeitos da dinâmica global sobre cada um dos municípios gaúchos em termos de geração de emprego, renda e demanda por serviços públicos nas áreas de educação, saúde pública e assistência social. Assim, levando-se em consideração o valor total das exportações gaúchas de US\$ 16,57 bilhões para o ano de 2016, reforça-se a importância e necessidade do monitoramento dos mercados externos das empresas exportadoras no sentido de antecipar o impacto das oscilações externas sobre os efeitos de transbordamento da atividade dessas firmas no dia-a-dia de cada um dos municípios gaúchos em que elas estão estabelecidas. O monitoramento dos cenários globais consolida-se como tarefa imprescindível não só para as empresas, mas também para o Estado do Rio Grande do Sul.

**[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)**

** /fundação.rs |  @fee\_rs**

** @fundação.rs**

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 07.06.17).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: José Reinaldo Oltramari  
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vanlei Zanin  
Revisão: Tatiana Zismann      Editoração: Susana Kerschner